



DIREITO ADMINISTRATIVO I - 2019

MONITORIA – 20 DE MAIO

EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA POR PARTICULAR

REsp nº 817.534 – Caso BHTrans.

Discussão de Caso

(i) A União, por meio de ente privado X, está construindo rodovia para interligar os extremos leste e oeste do país. Em face da dimensão e das áreas remotas, o poder público contrata a Empresa Privada Alfa, para a qual delega as funções de fiscalização e medição, a fim de que verificar se o objeto contratual foi efetivamente cumprido. Com os resultados da fiscalização, verificando-se descumprimento do objeto, a empresa privada X é sancionada nos termos do contrato que celebrou com a União.

(ii) A prefeitura do município Y, verificando aumento nos índices de acidentes automobilísticos, decide contratar a sociedade de economia mista Beta para fazer a fiscalização e autuação de eventuais infrações de trânsito. Concomitante, contrata com a sociedade empresária GAMA a instalação e gerenciamento de radares de velocidade.

1. O Poder Público pode celebrar a contratação prevista na hipótese descrita no item (i) acima? Caso positivo, a sanção poderá ser aplicada? Justifique a resposta com base no conceito e nos elementos do poder de polícia.
2. É possível que a prefeitura do município Y contrate a decide contratar a sociedade de economia mista Beta para fazer a fiscalização e autuação de eventuais infrações de trânsito? E quanto à instalação e gerenciamento de radares pela sociedade GAMA? Justifique.
3. Com base nas respostas anteriores e pautando-se pela indelegabilidade do poder de polícia, é possível dizer que qualquer atividade envolvendo fiscalização seja indelegável a particulares? Ainda, dentre os grupos de atividades que compõem o poder de polícia, há algum que possa ser delegado a particulares?